Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1 — A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

RIO DE JANEIRO, 31 DE DEZEMBRO DE 1964

PELO RÁDIO E TV, NO LIMIAR DO NÔVO ANO.

Ao chegarmos ao término do ano que passará à História como o da Revolução Brasileira, dirijo-me a todos os brasileiros, sem exceção, sejam quais forem as suas crenças, idéias ou condições, para lhes manifestar o reconhecimento da Nação e do Govêrno pelo decidido apoio com que nos honram. Em verdade, sòmente pela espontânea colaboração recebida dos diversos setores do país foi-nos possível, em tão breve tempo, iniciar a transformação da vida nacional.

Embora não pretendamos a oportunidade para uma prestação de contas, pois estas as temos prestado, parceladamente, em várias ocasiões, nem por isso deixamos de considerar o momento propício para assinalar o que se fêz e o que se obteve em 1964.

Ao assumir o Govêrno da República há oito meses, proferi estas palavras, que agora relembro: «A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Govêrno. Com êsse objetivo o Estado não será estôrvo à iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade. Até porque estou entre os que acreditam nos benefícios de uma constante evolução capaz de integrar, em melhores condições de vida, um número, cada vez maior, de brasileiros, muitos dêles infelizmente ainda afastados das conquistas da civilização». Hoje, pelo que se alcançou, e pelo que vamos, certamente, conseguir, não tenho senão motivos para as repetir.

Inicialmente, foi a própria Revolução que se pôs em marcha para a consecução de uma obra, que exigirá o trabalho de alguns anos e que nos coube começar entre as dificuldades inerentes a um período de profundas transformações, muitas delas destinadas a corrigir vícios ou distorções, incorporados aos nossos hábitos, quiçá às nossas próprias concepções de vida. Afastamo-nos sobretudo do mau vêzo de ignorarmos o conjunto, o que vale dizer a Nação, na sua totalidade e nos seus objetivos fundamentais, para nos voltarmos determinadamente para os grandes delineamentos da planificação, condição essencial e inseparável de qualquer obra de govêrno. E já podemos mesmo considerar extraordinário o acervo de estudos, projetos e iniciativas já em curso graças à coordenação do Planejamento e da SUNAB, órgãos aos quais tocou mais de perto essa face da administração.

Mas, quanto se logrou realizar resulta de grandes esforços. Esforços cujo mérito é menos o de demonstrar a capacidade de enfrentar e vencer dificuldades do que significar sólida unidade de pensamento e de ação dentro do Executivo. Somamos energias em vez de malbaratá-las em trabalhos isolados.

Cabe, aliás, ressaltar a magnífica tarefa cumprida pelo Congresso Nacional, cuja maioria se mostrou desejosa de apoiar as principais diretrizes da Revolução, e que nos permitiu levar a cabo, democràticamente, número apreciável de reformas, algumas delas há muito mantidas como pontos de atrito no seio da opinião pública, e agora pacìficamente incorporadas à nossa legislação.

Não menos importante foi a colaboração dos Governadores, que representaram a identificação das unidades federadas com o programa de recuperação iniciado pelo Govêrno revolucionário. Do mesmo modo que o apoio, vindo de vários agrupamentos partidários, demonstrou os vínculos da administração com ponderáveis setores da opinião pública organizada sob a égide de agremiações políticas.

É também de assinalar o muito que representou, nesse período subseqüente à Revolução de 31 de março, e na própria luta para se atingir os ideais que inspiraram o movimento revolucionário, a coesão das Fôrças Armadas, que se constituíram em verdadeira garantia da ordem na vida do País.

E, expressão derradeira e maior da cooperação nacional em favor da reconstrução do Brasil, temos no admirável povo brasileiro, a cuja compreensão e patriotismo é justo creditar a bravura com que tem suportado duras e amplas restrições, que sabe impossíveis de evitarmos nesta hora de sacrifícios. Atitude que nos permite encerrar o ano sem o registro de uma greve e dentro de completa tranqüilidade social. A êle devem, portanto, o Govêrno e a Nação, o maior dos reconhecimentos.

Na realidade cada qual carreou a sua pedra, a fim de que o Brasil caminhasse firme no rumo da estabilização e da retomada do desenvolvimento. Caminho naturalmente áspero, mas, sem dúvida, o único pelo qual poderá conquistar não sòmente o respeito e a colaboração do estrangeiro, mas também os elementos necessários ao aperfeiçoamento das instituições livres.

1965 deverá representar um divisor de águas: não apenas a inflação será abrandada para níveis mais toleráveis, mas também a economia retomará ritmo satisfatório de desenvolvimento. Em cada aspecto da atividade econômica as tendências que vinham conduzindo a Nação ao caos social e ao empobrecimento gradativo, serão firmemente corrigidas.

Posso assegurar-vos que o Govêrno não ignora, e por isso mesmo deseja proclamá-los, os enormes sacrifícios exigidos dos brasileiros em favor da obra de reconstrução nacional. Foi-nos por vêzes doloroso reclamá-los. Mas, a consciência do dever e a certeza de que seríamos compreendidos deram-nos as fôrças necessárias à tarefa.

Tivemos de buscar a correção de valôres, ou seja a liberação de preços que se encontravam congelados por meio de tabelamentos ou subsídios. Suprimiu-se dêsse modo a falsa estabilidade de preços que, aparentemente mantida em favor do público, na realidade existia em prejuízo dos consumidores, pelo dano causado à produção e pelo agravamento do desequilíbrio financeiro. Liberou-se, também, por etapas, a taxa de conversão do cruzeiro, e, poucos dias antes do fim do ano, completou-se a modificação da taxa de câmbio que pode ser vista como a última correção de monta na seqüência dos corretivos empreendidos pelo Govêrno no programa de estabilização da moeda.

Tais reajustamentos de valôres, nas tarifas dos serviços públicos, nos preços das mercadorias, e, principalmente, na taxa de câmbio exercem sérios reflexos sôbre o custo de vida, que se elevou especialmente nos meses de maio, junho, novembro e dezembro. Certamente, é difícil convencer que os preços subiriam em proporção maior se o Govêrno mantivesse o regime de subsídios e o congelamento cambial. Em vez de um «deficit» do Tesouro de 750 bilhões, êste, com os subsídios, ter-se-ía elevado a mais de um trilhão de cruzeiros. E as emissões, que orçaram pelos 300 bilhões, atingiriam, pelo menos, ao dôbro. Conseqüentemente, os preços, em vez de subirem 50%, como ocorreu entre abril e dezembro, teriam alcançado a casa dos 100%. E o panorama da escassez não teria sido substituído pela perspectiva de abundante produção, como acontece no momento. Do mesmo modo que estaríamos nos defrontando com um quadro de exportações desestimuladas, importações em débito, e, portanto, sem qualquer vislumbre de reequilíbrio na balança de pagamentos.

A queda da produção industrial, em decorrência do clima de hostilidade à emprêsa privada, será substituída pela revitalização de inúmeros setores industriais, particularmente através da assistência à pequena e média emprêsas, da permissão para deduções fiscais para encorajar a modernização do equipamento, da criação de Fundos de financiamento de vendas de equipamento e de vários estímulos fiscais.

Em lugar da proliferação de desempregados urbanos, devido à lenta absorção de mão-de-obra pelas indústrias, proporcionaremos novas oportunidades de empregos no setor manufatureiro, no ramo de construção civil e nas áreas rurais.

Em lugar de habitações cada vez mais escassas e inacessíveis à capacidade de aquisição das classes média e operária, teremos a possibilidade de proporcionar substancial volume de residências próprias a um número cada vez maior de famílias, através do Plano de Habitação Popular.

Estamos, pois, bem seguros de que, se hoje é difícil explicar as razões e as medidas que contribuíram para a elevação dos preços, que tanto angustia o povo, e não menos preocupa o Govêrno, bem

fàcilmente elas serão compreendidas no curso do ano próximo, quando o afluxo de mercadorias e serviços contribuirá para o progressivo desafôgo do consumidor.

Sei que, pelo alto grau de maturidade política a que chegou, não se satisfaz o nosso povo apenas com o progresso material, pois, tanto quanto êste, interessa-o a melhoria das instituições políticas, e nesse particular bem sabem os brasileiros que o Govêrno não poupou esforços e diligência para que a flama da liberdade continuasse a tremular sôbre a nacionalidade.

De fato, fiel às aspirações do povo, que acredita ser a democracia o regime mais conveniente para alcançarmos a justiça social dentro da ordem e do respeito aos direitos de cada qual, o Govêrno continuará a praticá-la e a aperfeiçoá-la. Na realidade, não basta praticá-la; é mister aprimorá-la incessantemente, inclusive através da legislação, para que tenhamos uma democracia onde não possa medrar a corrupção ou a subversão. Uma democracia, enfim, que seja real seleção de valôres, e proporcione a cada qual número cada vez maior de oportunidades para progredir e se afirmar como membro de uma sociedade aberta a todos, sem privilégios de qualquer natureza. Em verdade almejamos uma democracia que nos propicie a paz interna, a justiça social e o fortalecimento da segurança nacional.

Dirijo-me hoje a quantos, através da imensidade do nosso território, e no recesso de seus lares, reúnem-se num ato de esperança. Homens e mulheres que, malgrado as dificuldades de cada qual, acreditam nas perspectivas do futuro, e para os quais a palavra ora transmitida deve ser, antes de tudo, uma mensagem de união em tôrno dos eternos interêsses da pátria comum. Quero também assinalar a decisão com que colocaram o futuro da nacionalidade acima dos sacrifícios que lhes foram pedidos, e que mostram estarmos pondo à prova a nossa consciência nacional. E com ela e graças a ela poderemos ter a convicção, se não o orgulho, de estarmos construindo uma grande Nação, da qual 1965 será um marco inesquecível na História.